



ATA N.º 30/2020

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Local: Realizada por Videoconferência.

Data: 09/11/2020.

Iniciada às 09,30 horas e encerrada às 11,30 horas.

ORDEM DO DIA

I. ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. 19.^a MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO DE 2020
2. DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2021

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Dr.^a Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara

Vice-Presidente: Manuel Francisco Godinho Carrilho

Vereadores: Dr.^a Anabela Ramalho Falcato Caixeiro
Francisco Simão Lopes de Oliveira
Gonçalo Jorge Fernandes Lopes

A reunião foi presidida pela Sr.^a Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Vera Cristina Marques Bailote, Chefe da Divisão Administração e Financeira.

Seguidamente a Sr.^a Presidente deu início à reunião, em cumprimento do artigo 52.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

ORDEM DO DIA

I – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. 19.^a MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL PARA O ANO DE 2020

Pela Sr.^a Presidente foi apresentada ao abrigo do ponto 8.3.1 – Modificações do Orçamento, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, revogado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com exceção dos pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, a 19.^a Modificação Orçamental, que compreende a 14.^a Alteração Permutativa



ao Orçamento da Despesa, a 14.^a Alteração Permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos e a 6.^a Alteração Permutativa ao Plano de Atividades, para o ano de 2020.

O mencionado documento dado a sua extensão fica arquivado em pasta anexa (**anexo número trinta e nove**), ficando a fazer parte integrante desta ata.

Face ao exposto, após análise do referido documento e não havendo intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento, o Executivo deliberou aprovar a referida 19.^a Modificação Orçamental para o ano de 2020.

Deliberação tomada **por maioria**, com três votos a favor e duas abstenções dos Srs. Vereadores Anabela Caixeiro e Francisco Oliveira.

2. DISCUSSÃO DO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2021

Pela Sra. Presidente foi posta à discussão a análise da proposta das Grandes Opções do Plano 2021-2024 e Orçamento de 2021.

A Sra. Vereadora Anabela Caixeiro, referiu que analisou ambos os documentos, PPI e PAM, e que tem algumas dúvidas referente a algumas despesas, nomeadamente a despesa afeta à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão, há uma grande disparidade e tem de haver um equilíbrio naquilo que são as funções do Município e o apoio às Associações, mas verifica-se uma grande disparidade com as despesas com pessoal afeta às escolas, sendo uma competência do Município como se pode atribuir €108.000 à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão e apenas €57.070 às escolas, há uma grande disparidade naquilo que é competência do Município e o apoio às Associações;

- Em que consiste o Projeto Municípios Mais Igual e qual a sua finalidade, e também o que está previsto no projeto do Apoio ao Acesso à Habitação;
- No documento Plano de Atividades, constam as atividades regulares e normais, tenho dúvidas no que são os eventos diversificados de verão com a verba de €10.500,00, e também o que está previsto executar na atividade Mês da Música com averba de 4.500,00;
- O Plano de Atividades Municipais, tem muitos encargos financeiros com os empréstimos e se esta verba é canalizada para estes encargos não é direcionada para outros projetos e atividades;
- É preocupante a comparticipação do Município à CIMAC para projetos e iniciativas e apesar de serem os Municípios a suportar esta estrutura, será que todos os projetos fazem sentido.



- É também motivo de preocupação as questões levantadas, e apesar ter de haver planeamento tem de haver prudência, num ano atípico e muitas atividades ficaram na gaveta por motivos óbvios.
- O Município e mundo não pode parar, mas muitas atividades e muitas obras previstas nomeadamente a obra do Edifício, provavelmente não se conseguem executar, considerando a situação atual.
- Faz a proposta de participar em ajudar as famílias e instituições, e responsabilizou-se em pensar nos moldes em que se pode fazer, investindo assim na proximidade da Autarquia à população e especialmente às famílias.
- Esclareceu ainda que a ideia é conciliar vários serviços do Município e criar uma brigada de emergência social, de forma a chegar às famílias e associações ajuda.
- Questionou ainda sobre os encargos com a publicação de livros no valor de €8000,00, se está planeada alguma situação concreta.

A Sra. Presidente, prestou os seguintes esclarecimentos:

- Quanto à verba afeta aos Bombeiros, refere-se ao protocolo com a proteção civil da equipa de apoio permanente, o ano passado foram atualizados pois deveríamos ter assumido o pagamento à segurança social e não foi pago, tivemos de regularizar essa situação através de um acordo de pagamentos, e também atualizar o vencimento mínimo;
- Quanto ao valor de €57.070,00 não é referente às Despesas de Pessoal, mas sim a soma das rubricas abaixo, nomeadamente a atribuição das bolsas de estudo dos universitários, a comparticipação das refeições, os custos de material escolar, a aquisição dos cadernos escolares, o vencimento do pessoal não docente está incluído na rubrica despesas de pessoal, onde estão incluídos todos os vencimentos dos trabalhadores.
- O Projeto Municípios Mais Igual, foi candidatado com o apoio da ADRAL está aprovado e tem financiamento a 85% para a elaboração do plano de igualdade.
- O projeto 1.º Direito foi candidatado ao IHRU está aprovado e é financiamento a 100% para elaboração do plano, pois se não existir este documento as pessoas não se podem candidatar ao acesso ao 1.º Direito.
- Quanto às atividades e festas, foram todas contempladas, e se não se concretizarem essas verbas serão redistribuídas, à semelhança deste ano que afetamos ao Fundo Municipal de Emergência.
- No que se refere aos eventos diversificados de Verão, está previsto o pagamento à Banda Municipal Mouranense que é integrado nas festas de Verão, pois fazem concertos e atividades nas diversas festas de Verão.

- O evento mês da música, surge no âmbito do protocolo com a INATEL, que fazem um evento distrital de encontro de Bandas e o Município que recebe o evento recebe uma comparticipação, ficou o compromisso de se realizar no próximo ano;
- Quanto à CIMAC somos dos Municípios, que pagamos menos, porque a maioria dos projetos e a contribuição é calculada de acordo com o número de habitantes. O Município de Vila Viçosa tem uma grande dívida à CIMAC e sendo uma Comunidade Intermunicipal temos todos de participar e contribuir, não estamos em todos os projetos, mas muitos são comuns e não se consegue enquanto comunidade não integrar, é efetivamente um grande encargo para o Município;
- No apoio às famílias e instituições há uma grande preocupação com a atual situação, presentemente já se apoia as instituições e algumas pessoas com a prestação de serviços de canalizadores, pintores, mas há falta de pessoal e é difícil;
- Agradeceu a disponibilidade da Sra. Vereadora Anabela e também disponibilizou o serviço de ação social para em conjunto planearem o apoio que pode ser concedido;
- Estão previstas três publicações de livros, os versos do Sr. Chilrito da Aldeia da Luz, o livro do Dr. Borralho e reeditar o livro do primo do Dr. Bação Leal porque já não existem livros.

Sr. Vereador Francisco Oliveira colocou as seguintes questões e teceu os seguintes comentários:

- Já se questionou qual, o montante atribuído mensalmente aos Bombeiros e a outra verba também prevista, mas não ficou claro;
- Tudo o que consta no PPI e PAM não é mais do que as responsabilidades que o Município tem e os projetos que já estão assumidos, bem como as despesas de funcionamento corrente;
- Está prevista verba para a rede viária, o que agrada, principalmente devido ao estado em que se encontram e ao mau tempo que se tem verificado;
- Não está contemplada a rede de rega, e o avançar do projeto é responsabilidade da Câmara, e quando dizem que não é da competência do Município, não concorda porque cabe ao Município abrir a porta.
- O Fundo Municipal de Emergência, é insuficiente para as famílias, instituições e empresas para o estado atual e para o próximo ano, porque o vírus não desaparece tão depressa e é mais sério do que se pensa.
- Devia constar verba para se criar um ancoradouro na Freguesia de Granja, nomeadamente ao final da estrada antiga, não sendo navegável até aquela zona há a possibilidade de ser demarcada com boias a área a navegar, pois é a única freguesia do



concelho que sendo aldeia ribeirinha, não tem um cais de acesso para receber os turistas das aldeias ribeirinhas, devia fazer-se um estudo para verificar a viabilidade de navegação;

- Os documentos apenas contemplam as necessidades correntes e os projetos em curso e não estão previstos novos projetos.

A Sra. Presidente esclareceu:

- Relativamente à rega, houve uma reunião com o Dr. Manuel Bio enquanto proprietário e Presidente da cooperativa da Granja, esse plano tem de estar aprovado pelo Governo e tem de ser desencadeado pelos proprietários;
- Quanto ao ancoradouro, pode-se contemplar no orçamento o estudo, para iniciar o processo e abrir caminho para se avançar.
- O Fundo Municipal de Emergência, pode ser reforçado no decorrer do próximo ano;
- A rede viária, foi contemplada no orçamento por empreitada, duas intervenções para o troço Mourão- Granja e Granja-Amareleja, valores impensáveis sem financiamento, mas há a intenção de pelo menos fazer algumas intervenções, pois é uma situação preocupante e grave.

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes, esclareceu que a verba atribuída aos Bombeiros de €72.000,00 é referente ao contrato com a EPI. E a verba no valor de €34.000 é referente ao protocolo celebrado com o Município, €24.000,00 inclui serviços prestados à câmara durante o ano e €10.000,00 para apoio à reparação de viaturas.

O Sr. Vereador Francisco Oliveira, referiu que relativamente à rega, a intenção é a Câmara contemplar o projeto para dar resposta e participar na comissão técnica e de trabalho, pois é a câmara que vai delinear e é a responsável pela sua criação. A Câmara não se sobrepõe a outras instituições, mas compete-lhe abrir as portas, e as Juntas de Freguesias de Mourão e Granja mantêm-se na inercia quanto à situação.

A Sra. Presidente, esclareceu que, foi feito o levantamento de identificação dos proprietários e parcelas, e foi tida uma reunião com a Sra. Ministra da Agricultura, mas pouco avançou.

O Sr. Vereador Manuel Carrilho, sugeriu incluir a criação do perímetro de rega do concelho de Mourão.

A Sra. Presidente deu conhecimento, que na sexta-feira a Câmara já disponibiliza os serviços de Balcão de Atendimento aos munícipes, no âmbito do protocolo celebrado, dada



a atual situação não há lugar à habitual inauguração, informando ainda que os trabalhadores tiveram formação na CIMAC.

E, por nada mais haver a tratar, a Sr.^a Presidente declarou encerrada esta reunião, eram 11,30 horas. Para constar se lavrou a presente ata que depois de lida e achada conforme, foi aprovada, **por unanimidade**, no final da reunião, e vai ser assinada pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal e por mim, Vera Cristina Marques Bailote, secretária, que a redigi e subscrevo.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária,